



Comissão Coordenadora Permanente

dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança - CCP

INTERVENÇÃO

Tomada de posse da CCP

Exmo. Senhores

Caros colegas



APG/GNR
Telf 218 470 119
Fax 218 470 156
apg_gnr@netcabo.pt



ASPP/PSP
Telf 213 475 394
Fax 213 475 493
aspp-psp@aspp-psp.pt



ASPPM
Telf 213 649 707
Fax 213 649 707
asp.policia.maritima@clix.pt



SCIF - SEF
Telf 217 162 910
Fax 217 162 897
geral@scif.inet.pt



SNCGP
Telf 213 536 234
Fax 213504809
correiosncgp@netcabo.pt

Quero, em primeiro lugar, em nome da Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança, agradecer a vossa presença nesta simbólica cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos da CCP, mas que assume uma importância tremenda para cada um de nós.

Quero também felicitar todos os coordenadores da CCP, antecedentes, pela dedicação e trabalho realizado em prol de todos os profissionais dos diversos corpos de polícia.

As sucessivas alterações da sociedade têm aumentado os níveis de exigência das Instituições que lidam com a segurança interna, bem como dos seus profissionais, numa solicitação constante dos cidadãos às necessidades com que se deparam no seu dia-a-dia. A exigência aos profissionais deste sector por parte do Governo, que pede respostas muitas vezes perto do impossível, numa demonstração clara de um desequilíbrio propositado e autoritário entre os deveres e os direitos, deixam os polícias à beira de um precipício, não só pela instabilidade e insegurança como profissionais de polícia mas também pela desmotivação causada, com reflexos de forma negativa na sua própria vida, bem como no trabalho que desempenham no decorrer da sua actividade.

É importante uma análise profunda por parte do Governo no que espera e pretende das forças e serviços de segurança para o futuro, como é essencial uma verdadeira parceria entre os que decidem a vida do País e os que aplicam na prática essas decisões, através dos seus representantes, numa clara relação de compromisso com a segurança dos cidadãos.

A Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança (CCP) é uma organização constituída pelas associações e sindicatos mais representativos de cada Instituição do sector da segurança interna. Fazem parte desta organização a ASF-ASAE da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a APG – GNR da Guarda Nacional Republicana, a ASPP/PSP da Polícia de segurança Pública, a ASPPM da Polícia Marítima, o SNCGP da Guarda Prisional e o SCIF-SEF do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Estas organizações representam, no seu conjunto, cerca de 30.000 profissionais das diversas polícias, um número considerável de profissionais que todos os dias zelam, de uma forma ou de outra, directa ou indirectamente, pela segurança dos cidadãos.



Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança - **CCP**

No contexto da sociedade actual, onde o crime tem aumentado consideravelmente, onde as desigualdades sociais são evidentes, numa altura em que o País está envolvido numa crise financeira e económica, as forças e serviços de segurança passam a ter relevo e responsabilidade cada vez mais importantes, como importante passa a ser a exigência às respostas por parte dos cidadãos, seja no âmbito da prevenção, seja da repressão. Cabe por isso às entidades competentes estabelecerem um equilíbrio interno nas diversas polícias, apostando num modelo de segurança interna adequado, com polícias estatutariamente civilistas, com modelos de policiamento essencialmente preventivos, com legislação que responda efectivamente aos anseios de todos.

O actual Sistema de Segurança Interna – SSI – tem, desde a sua criação e ao nível das suas competências, um papel crucial no plano da cooperação e coordenação das diversas Polícias bem como na adequação dos modelos de policiamento, da análise das dificuldades operacionais e da implementação de mecanismos tecnológicos e científicos às necessidades nacionais. Mas se estas são algumas das questões importantes para os polícias e para o seu trabalho, na verdade, pouco tem sido feito. Por exemplo, o que pensa o SSI da utilização das Forças Armadas no plano da segurança pública?

Acreditamos que este SSI terá um papel mais consistente que a razão que levou à sua invenção, a criação de uma única estrutura policial nacional iniciando todo o processo pelo telhado, com a criação do Comando, como aliás aconteceu recentemente com o Serviço de Informações da República Portuguesa, numa lógica de pura estratégia política, esquecendo a urgência de ir ao encontro das necessidades das Polícias.

O Governo não pode continuar a desvalorizar a segurança interna e os seus profissionais. Temos consciência de que essa postura, ao longo dos anos, levou a perda de autoridade e, em alguns casos, até confiança, muitas das vezes por inadequação dos modelos de policiamento, quantas vezes apelidados de violência policial, da falta de condições e efectivo o que tem levado a um número crescente de agressões com gravidade a profissionais das polícias, de apoio e mesmo das Leis. É uma situação que só nos pode preocupar, tendo a plena consciência que a Segurança e a Justiça, fruto da relação institucional entre elas, são dois pilares fundamentais numa democracia e por isso de credibilidade inquestionável, condição que nem os polícias e juizes pretendem perder, para o bem de todos. Em resposta a tudo isto e numa clara demonstração de sentido de Estado, os Partidos políticos com acento na Assembleia da República deveriam assumir o compromisso e definir com objectividade uma estratégia de segurança interna a longo prazo, reduzindo custos e tornando mais eficientes as acções de polícia com reflexos evidentes na sentimento de segurança, hoje como todos sabemos, abalado.

Também é por isto que a actual CCP deve desenvolver um processo de adequação da sua estrutura, dos seus estatutos e da própria denominação, não só para a tornar mais eficiente mas também para que possa responder aos anseios dos profissionais das diversas Polícias num contributo para o encontro de soluções socioprofissionais mas também de apoio às entidades com o dever de decidir e decidir bem.

É com este projecto que nos propomos a avançar, com trabalho e dedicação de todos os envolvidos, não esquecendo a confiança depositada neste novo grupo que me cabe liderar, para que o progresso chegue finalmente às Forças e Serviços de Segurança, após décadas de esquecimento político e institucional.



Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança - **CCP**

Mas podem os profissionais das Polícias e demais cidadãos, estar certos que esta estrutura coordenadora estará muito atenta às opções políticas no plano da segurança interna e não deixará de se pronunciar sobre aquelas que considere prejudiciais para os Polícias e demais cidadãos. Sempre com o sentido de dever, responsabilidade e respeito pelas instituições e seus profissionais.

Muito obrigado.

Lisboa, 02 de Junho de 2010

Paulo Rodrigues
(Secretario Nacional da CCP)